O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XXV - 6 DE JULHO DE 2018

SINDIPETRO/MG ALERTA SOBRE PREJUÍZOS DE PCR IMPOSTO PELA PETROBRÁS

Sem negociação com as representações sindicais, a Petrobrás está implantando por meio de contratos individuais um Plano de Carreira e Remuneração (PCR), em substituição ao Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC), que é garantido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Na avaliação da FUP e de seus sindicatos, por trás desta manobra estão objetivos claros da direção da empresa: adequar os instrumentos de gestão ao processo de privatização, além de reduzir direitos e desmontar o principal instrumento de conquistas dos petroleiros, que é o Acordo Coletivo.

A proposta do PCR dá aos gestores da Petrobrás carta branca para transferir os trabalhadores da forma que melhor atender às demandas colocadas pela privatização. Dessa forma, quem aderir ao PCR colocará nas mãos das gerências a decisão sobre as unidades em que trabalharão, sob quais condições e em que funções.

Por isso, o **Sindipetro/MG** alerta a categoria sobre a adesão ao PCR: a orientação inicial é que os petroleiros não assinem os termos de adesão até uma análise mais aprofundada que já está sendo realizada pelas entidades sindicais com apoio dos departamentos jurídicos.

Uma avaliação prévia feita pela FUP sobre as dimensões vertical (carreiras) e horizontal (atribuições e responsabilidades) do plano revela prejuízos graves aos trabalhadores. Também não se sabe ainda o impacto do PCR sobre a RMNR e sobre ações trabalhistas em curso na Justiça.

PROGRESSÃO

Na progressão funcional em níveis, como vigente no atual ACT, há uma concreta expectativa de aumento do salário básico, observados determinados critérios e intervalos de tempo, até um dado limite de cada carreira.

O atual PCAC garante aos trabalhadores avanço de nível a cada 24 meses, enquanto o PCR que está sendo imposto aumenta para 60 meses a progressão automática. Se não atender às metas das gerências, o petroleiro só terá mobilidade em sua carreira a cada cinco anos.

Além disso, o PCR prevê que petroleiros sejam submetidos a um encurtamento de perspectivas de mobilidade, à diminuição da verba global destinada à ascensão funcional e à elasticidade das periodicidades. Ao contrário do atual PCAC, o novo plano permite que um único empregado receba vários níveis e promoção ao mesmo tempo.

MULTIFUNCIONALIDADE

Na dimensão horizontal, o prejuízo é ainda maior. Sem alteração alguma na remuneração, o PCR impõe uma multifuncionalidade que prejudica imensamente o trabalhador, desvalorizando sua formação profissional e habilitando-o à prestação de trabalho em áreas até então alheias à sua responsabilidade.

Esta multifuncionalidade fere a Constituição (Artigo 37, Inciso II), na definição do concurso público. "Nesse aspecto, os prejuízos causados pelo novo plano de carreiras são gerais e coletivos e não mais individuais", alerta o assessor jurídico da FUP, Normando Rodrigues.

INDIVIDUAL X COLETIVO

É importante deixar claro, também, que a gestão da Petrobrás está usando o PCR para tentar colocar em prática a Reforma Trabalhista, que permite ao patrão pactuar acordos individuais que se contraponham ao coletivo.

No entanto, as mudanças na CLT não sepultaram o Princípio da Inalterabilidade Contratual.

"A aplicação deste princípio determina que os contratos de emprego não podem ser alterados em prejuízo do empregado, salvo nos casos em que a legislação confere esta capacidade à negociação coletiva de trabalho", explica Normando, alertando que "à luz da Inalterabilidade, a adesão individual ao PCR, porquanto prejudicial, é nula de pleno direito, ainda que os empregados assinem novo contrato, recebam indenização".

EDITORIAL

PCR: é uma cilada, Bino!

No último dia 2, o que parecia boato virou realidade: foi apresentado à categoria petroleira o tal do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR). Desde antes de seu anúncio, quando algumas informações já haviam sido vazadas, uma certa apreensão surgiu na base sobre do que se trataria esse novo plano - que pretende substituir o nosso atual Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC).

Após apresentado, muitas dúvidas e questionamentos ainda prosseguem sem respostas. De fato, o pouco transparente e unilateral processo de criação do PCR não parece ser somente incompetência da atual gestão da Petrobrás, mas sim uma jogada proposital. Trata-se de mais um capítulo do novo *modus operandi* da direção da empresa para lidar com sua força de trabalho: engole e não chora!

Apesar da tentativa de comprar a categoria petroleira com um abono, uma análise preliminar do PCR tem deixado a categoria com os dois pés atrás. Além dos problemas envolvendo a falta de informação sobre as tais "ênfases", fazendo com que o fantasma do "empregado multi-função" volte a assustar os trabalhadores, há uma grande preocupação sobre como será tratada uma das principais premissas do plano – a mobilidade. Por mais que pareça uma oportunidade para uma parcela da categoria, seja por interesses profissionais ou por receio diante de possíveis vendas, o PCR pode se transformar numa ferramenta de realocação compulsória da força de trabalho conforme avança o atual processo de terceirização e privatização da estatal.

Além desses pontos, a atual gestão da Petrobrás resolveu abrir sua caixa de ferramentas para acabar com outra conquista histórica da categoria: o avanço de nível por antiguidade (o famoso "12, 18, 24"). Caso seja implantado o PCR, esse direito passaria a ser mera lenda urbana para os petroleiros, fazendo com que retornássemos ao tempo em que empregados passavam até dez anos sem conquistar um nível. Essa categoria sabe muito bem o que é viver no mundo dessa tal "meritocracia" tão cantada aos quatro ventos pela gerência.

O PCR, portanto, se revela como mais um recado da atual gestão da Petrobrás para seus empregados. Diferente de 2007, não há mais espaço para diálogo e negociação. Não é momento de buscarmos uma saída individual para nosso futuro, mas sim de lutarmos coletivamente para garantir nossos direitos e empregos. É bom lembrar que, com nossa mobilização, contribuímos para a queda de Pedro Parente e para a recente suspensão das privatizações na Petrobrás.

A categoria não pode aceitar esse verdadeiro cheque em branco!

INFORMES

Sindipetro/MG recebe palestra sobre Benefício Farmácia

No dia 12 de julho, a Petrobrás fará uma palestra na sede do Sindipetro/MG sobre as mudanças no novo modelo do Benefício Farmácia. O evento acontecerá às 18 horas, e terá como palestrante a assistente social Nícia Regina Cunha Lerussi.

O novo modelo do Benefício está valendo desde o dia 1º de junho e acabou com o desconto fixo mensal, além de alterar regras para pedidos de reembolso. Para saber mais sobre as mudanças no benefício, acesse o material preparado pelo Sindipetro/MG pelo link: **http://sindipetro.org/novobf**

Sindipetro/MG terá horário especial de funcionamento nesta sexta-feira

Assim como na Regap e Termelétrica Aureliano Chaves, o Sindipetro/MG funcionará até 12h desta sexta-feira (6), devido ao jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo 2018.

GIRO PELAS CATEGORIAS

MST comemora 30 anos em Minas com mais uma ocupação nas terras de Eike Batista

Na madrugada de terça-feira (3), cerca de 400 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam mais uma área da empresa em processo de falência MMX, pertencente ao corrupto Eike Batista. A fazenda está localizada no município de Igarapé, na Grande BH, e é a terceira área do empresário ocupada pelo movimento no Estado. A ação inicia a campanha de memória do movimento, "30 anos de MST em Minas Gerais, semeando e alimentando a ousadia".

CALENDÁRIO

JULHO

12: Palestra sobre Benefício Farmácia, na sede do Sindipetro/MG;
17: ato da FUP contra a privatização da REPAR (PR);
18: Conselho Deliberativo da FUP em Curitiba
26: ato da FUP contra privatização da RNEST (PE)

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluízio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinícius Costa e Wender Destro. Jornalistas: Nathália Barreto - 3426/ES e Thaís Mota - 15616/MG
Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.
www.sindipetromg.org.br - sindipetromg@sindipetromg.org.br
SINDIPETRO MG - SINDICATO DOS PETROLEIROS MINAS GERAIS - FUP CUT

MAIS UMA VITÓRIA DOS TRABALHADORES: PETROBRÁS SUSPENDE PRIVATIZAÇÕES

A mobilização da categoria petroleira rendeu mais um fruto: a suspensão das privatizações. A medida foi anunciada na última segunda-feira (3) pela Petrobrás e é válida para as refinarias Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco, Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, e Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, e para a Araucária Nitrogenados S.A. e a Transportadora Associada de Gás (TAG).

Em nota, a empresa afirma que medida atende à "decisão cautelar proferida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da ADI [Ação Direta de Inconstitucionalidade] 5624 MC/DF, que questiona dispositivos da Lei das Estatais (Lei 13.303/2016)".

No entanto, os trabalhadores de todo o País sabem que essa é uma vitória conquistada pela luta e mobilização de várias categorias em defesa das empresas públicas. As perdas representadas pela privatização da Eletrobras e da Petrobrás ficaram escancaradas e a sociedade entendeu os riscos que a venda dessas empresas representam para o povo brasileiro.

Assim como o pedido de demissão de Pedro Parente foi motivado pela greve dos petroleiros e dos caminhoneiros - que denunciou o escândalo da política de preços praticada pela Petrobrás - o anúncio de suspensão das privatizações é mais uma vitória dos trabalhadores.

Mas ainda não é hora de nos calarmos. A Petrobrás já anunciou que está "avaliando medidas cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores e reforça a importância do Programa de Parcerias e Desinvestimentos para a redução do seu nível de endividamento e geração de valor através da gestão de portfólio, em linha com seu Plano Estratégico e Plano de Negócios e Gestão 2018-2022".

É preciso manter a mobilização, até porque, além do recurso da empresa, a própria decisão do STF ainda é provisória. E também porque temos o povo do nosso lado, como mostrou uma pesquisa recente do Datafolha: sete em cada dez brasileiros (70%) são contra a privatizações das estatais.

Petroleiros se unem em ato em defesa da RLAM, na Bahia. O diretor do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori, participou da manifestação

ATO EM DEFESA DA RLAM

Na última segunda (2) e terça-feira (3), petroleiros de todo o País participaram de um ato em defesa da RLAM, na Bahia. O diretor do **Sindipetro/MG**, Alexandre Finamori, representou Minas nas mobilizações feitas.

Na segunda-feira, participaram do tradicional desfile cívico que comemora a Independência da Bahia. O ato aconteceu nas ruas de Salvador. Já no dia 3, a categoria realizou um grande ato em frente à refinaria, em Candeias.

FUP propõe à ANP mudanças na política de preços dos combustíveis

A FUP encaminhou à ANP uma série de propostas para alterar a atual política de reajustes de derivados de petróleo, que fez disparar os preços da gasolina, diesel e gás de cozinha no Brasil.

As sugestões foram feitas durante a consulta pública que a Agência realizou entre os dias 11 de junho e 2 de julho, em resposta às mobilizações dos caminhoneiros e petroleiros por redução nos preços dos combustíveis.

As contribuições enviadas pela FUP foram previamente discutidas com pesquisadores do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ineep), que elaboraram o documento "Diretrizes para determinação do preço de derivados".

O estudo leva em consideração "a política da Petrobrás como central para repensar os reajustes de preço no Brasil, já que a estatal detém praticamente 100% do parque de refino nacional e mais de 85% da produção nacional de petróleo e gás natural".

JURÍDICO RETOMA PROCESSOS DA RMNR SUSPENSOS EM MINAS GERAIS

Após o julgamento da ação de complemento da RMNR pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), a assessoria jurídica responsável pelo processo do **Sindipetro/MG** deu início às providências para a retomada dos processos judiciais que se encontravam suspensos.

Já foram apresentadas petições específicas na Justiça do Trabalho em cada um dos processos coletivos promovidos pelo Sindicato, com requerimento de prosseguimento com urgência das ações.

A decisão do TST favorável aos petroleiros é do dia 21 de junho. No dia 25 foi publicada a Certidão de Julgamento do Incidente de Uniformização e, nos próximos dias, deverá ser publicado o acórdão na íntegra.

BENEFICIADOS

Em regra, a ação coletiva beneficia todos os empregados que se enquadrem no direito às diferenças, ou seja, que trabalham ou trabalharam na Petrobrás a partir de 1º de julho de 2007.

Aposentados até 30 de junho 2007 — data da criação da RMNR — não estão abrangidos pela ação. A lista final dos trabalhadores beneficiados será identificada pela empresa, com posterior conferência do Sindicato na fase de execução.

Para os empregados da Regap, cujo processo encontra-se em fase de execução, já foi formada a lista de beneficiários. Para as demais bases - Montes Claros, Juiz de Fora e Ibirité - o Sindipetro/MG já possui uma lista prévia, mas está realizando uma nova conferência dos nomes dos beneficiados na ação coletiva.

EXECUÇÕES INDIVIDUAIS

Todos os trabalhadores são abrangidos pela decisão coletiva. Assim, não há necessidade de execuções individuais. Até porque, uma eventual tentativa pode levar à exclusão do trabalhador do processo coletivo, com o ônus de pagamento de novos encargos.

ATUALIZAÇÃO DAS AÇÕES

Termelétrica de Juiz de Fora
Processo: 0000121-23-2014-5-03-0036
Andamento: Processo em execução definitiva, com cálculos apresentados pelo Sindipetro/MG em 21/10/2016. A Petrobrás foi intimada em 11/11/2016 para se manifestar sobre os cálculos do Sindicato, no prazo de 60 dias. Aguarda o vencimento do prazo.

Usina de Biodiesel de Montes Claros
Processo: 0001464-61.2011.5.03.0100
Andamento: TST julgou favoravelmente a ação ao Sindipetro/MG. No entanto, o processo estava suspenso no TST. Depois da decisão do TST favorável aos trabalhadores, o Sindicato pediu a imediata retomada a decisão.

Termelétrica Aureliano Chaves
Processo: 0011175-53.2015.5.03.0164
Andamento: audiência de encerramento de instrução designada para 09/08/2017. Em razão do julgamento no TST, no dia 21/06/2018, a sentença deverá acolher o pedido e acelerar o trâmite final da ação.

Congresso dos Petroleiros de Minas terá presença de Paulo Henrique Amorim

O 32º Congresso dos Petroleiros do Estado de Minas Gerais acontecerá nos dias 20 e 21 de julho, na sede do **Sindipetro/MG**. Com o tema "Lutar e Resistir: por uma Petrobrás a serviço do povo!", o Congresso terá o objetivo de debater com a categoria a conjuntura política e econômica nacional e o papel da Petrobrás como uma empresa pública, a serviço do povo brasileiro.

O jornalista Paulo Henrique Amorim, do site "Conversa Afiada" e autor do livro "O Quarto Poder", participará da mesa de abertura do evento. Petroleiros e outras lideranças políticas também participarão do evento. Mais informações sobre a programação do evento serão divulgada em breve.

A categoria mineira também definirá os delegados que vão participar da VI Plenária Nacional da Federação Única dos Petroleiros (PlenaFUP), que acontecerá entre os dias 1 e 5 de agosto, no Rio de Janeiro.

Os petroleiros e petroleiras de Minas Gerais já podem realizar a inscrição para o Congresso pelo link: **https://goo.gl/FmYsp6**.

32º Congresso Estadual dos Petroleiros de Minas Gerais

Lutar e Resistir: por uma Petrobrás a serviço do povo!
20 e 21 de julho de 2018
Sede do Sindipetro/MG